

dedilhadas, cordas friccionadas, sopros, teclados, percussão e iniciação musical, em aulas coletivas, para as crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos. O projeto político pedagógico da instituição prevê que as aulas contenham momentos de criação, técnica, contextualização, apreciação e execução. Vem-se investindo cada vez mais, em que os alunos explorem sonoramente seus instrumentos, componham e registrem suas composições, toquem desde partituras gráficas até o repertório escrito para seus instrumentos, assim como ampliem seus repertórios tocando músicas de outras culturas, épocas e gêneros. As aulas acontecem duas vezes por semana, podendo ter a duração de 2 a 5 horas semanais. Apresentações, ao final do semestre ou ciclos, são organizadas para que os alunos possam mostrar o seu desenvolvimento durante aquele período.

Sendo um ensino gratuito e universal, este projeto está aberto a atender alunos com algum tipo de deficiência. Atualmente atende mais de 800 casos, dos mais diferentes tipos.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi incorporada à legislação brasileira em 2008, reconhece a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

O ensino de música oferece a oportunidade de desenvolver a sensibilidade, o potencial criativo, artístico e intelectual. Mas como garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos atendidos pela organização, ou ainda, como garantir a qualidade desse atendimento?

Em 2011, foi iniciada uma Política de Inclusão, em parceria com a Instituição Mais Diferenças, especializada em implantar práticas e políticas de inclusão em organizações diversas. A partir de então, toda a organização passou por adaptações, desde adequação das edificações, como rampas de acesso, banheiros adaptados, sinalizações dentro e no entorno das instalações da organização, articulação com os serviços de transporte do município para viabilizar o acesso às aulas, assim como processos de contratação de pessoas com deficiência e capacitação de profissionais, entre outros tópicos, como importantes estratégias para atender melhor a esses alunos.

Foi criada uma cartilha de Política de Inclusão da Instituição, que apresenta, entre outros tópicos, importantes estratégias de como se trabalhar diante destas circunstâncias, pautadas em três grandes objetivos: promover a educação musical básica e a prática coletiva da música; garantir o desenvolvimento humano como objetivo educacional prioritário; e, garantir excelência em toda atividade realizada na organização. Desde então, a organização vem desenvolvendo diferentes técnicas de capacitação, seja presencial ou à distância, como fóruns de inclusão via *EaD*, orientações pedagógicas, além de um monitoramento feito em parceria com o Núcleo de Desenvolvimento Social. A partir deste monitoramento é possível realizar intervenções e dar orientações aos educadores.

Em 2013, foi promovido um Seminário para seus funcionários cujo tema foi o da inclusão. Em 2014 foi publicada, uma edição especial de uma revista eletrônica, voltada para o público interno da instituição, com o título "Inclusão e o Ensino Coletivo de Música". Foram publicados relatos de educadores que lidaram com alunos com deficiência dentro da organização, agregando ainda mais relevância ao trabalho desenvolvido e incentivando cada vez mais a prática da inclusão pela música.

Em 2015, cerca de 20 profissionais, receberam uma capacitação em Musicografia em Braille. O curso introduziu aos educadores e outros colaboradores informações teóricas e softwares específicos, capacitando-os a atender alunos com deficiência visual, e em como utilizar as ferramentas e técnicas que enriqueçam o aprendizado desses alunos. Nos últimos meses, oito alunos cegos receberam livros didáticos em Braille, que seguem o mesmo modelo dos livros didáticos já editados anteriormente e distribuídos aos demais alunos. Além dessas ações, acontecem também atividades socioeducativas, com alunos e familiares, visando aprofundar o conhecimento das diferentes deficiências, além de buscar uma maior integração dos alunos com deficiência com a comunidade e a rede de serviços local, trazendo todos para planejar e pensar o acolhimento, o desenvolvimento e o acompanhamento de alunos com deficiência, de forma a garantir seus direitos e seu desenvolvimento integral.

Para esse ano, a instituição está em vias de firmar uma parceria com a Secretaria da Pessoa com deficiência. Para 2017, a organização visa a compra de uma impressora em *braille*,

e está elaborando um projeto de uma Orquestra Inclusiva, visando a capacitação de profissionais para uma melhor atendimento a alunos com deficiência.

Esta organização também mantém uma parceira com outra instituição que tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas a jovens infratores, de 12 a 18 anos, que estão em privação de liberdade. As medidas socioeducativas apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo e devem garantir: Educação – formal e profissional; Esporte; Cultura; Lazer; Proximidade da família; Respeito; Afeto; Cidadania.

Nesse contexto, as atividades realizadas têm como objetivo não somente desenvolver o processo de aprendizado musical, mas também a autoestima e a promoção da criatividade e o desenvolvimento humano, de acordo com Kater (2004) e Koellreutter (1997).

A instituição oferece oficinas de canto coral, cordas dedilhadas e percussão, além de um curso de musicalização para mães e bebês, para adolescentes que estão em provação de liberdade nos de Centros de Internação (CI) e Centro de Internação Provisória (CIP).

As oficinas funcionam como uma eficaz ferramenta educacional, promovendo uma transformação de consciência, “instituído-se como uma possibilidade de acesso à educação musical e vivências socioeducativas com foco na garantia de direitos e valores essenciais para o desenvolvimento de adolescentes” (FERREIRA; et al., 2014). Durante as aulas, os alunos aprendem a tocar e a cantar e são incentivados a compor. Em uma oficina, os alunos foram incentivados a gravar um CD, no curso de musicalização para mães e bebês, as adolescentes criaram um portfólio com a história de cada um dos bebês, em outra montaram um musical, em conjunto com uma oficina de teatro de uma organização parceira. No final do ciclo são realizadas audições, que representam um momento importante nesse processo de inclusão social, pois podem mostrar aos demais adolescentes, familiares e funcionários da instituição, o que aprenderam, criaram, contribuindo para sua autoestima.

A partir da proposta política pedagógica, das parcerias firmadas, da política de inclusão, das capacitações, adaptações nos espaços físicos, entre outras ações, a instituição vem desenvolvendo, cada vez mais, uma abordagem voltada para a inclusão social, buscando um atendimento de qualidade, com igualdade de oportunidades, ao mesmo tempo,

respeitando as particularidade e individualidades de cada um dos alunos atendidos pela organização, com vistas no desenvolvimento humano.

Referências:

CONVENÇÃO sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoacomdeficiencia.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

FERREIRA, Andrea; FORMICOLA, Fabiola; NOGUCHI, Natália Félix de C. et al. Música, arte e cultura na fundação casa: intervenção na privação de liberdade. In: *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, n. 11, p. 130-138, 2014. Disponível em: <http://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/issue/view/265>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

KATER, Carlos. O que podemos esperar da educação musical em projetos de ação social. *Revista da ABEM*, n. 10, p. 43-51, 2004.

KOELLREUTTER, Hans-Joachim. Educação e cultura em um mundo aberto como contribuição para promover a paz. In: KATER, Carlos (Org.) *Cadernos de Estudo: Educação Musical*, n. 6. Belo Horizonte: Atravez /EMUFMG/FEA/FAPEMIG, 1997b. p. 60-68.